*Wlamyra R. de Albuquerque. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.*

Camillia Cowling [*]

No começo de *O jogo da dissimulação,* a historiadora Wlamyra Albuquerque espera "convencer o leitor de que, no Brasil, o processo emancipacionista foi marcado pela profunda racialização das relações sociais" (pp. 37-8). Talvez muitos leitores não precisem de muita persuasão sobre este ponto. Porém, depois de embarcarem com Albuquerque em uma rica e surpreendente viagem por múltiplas histórias do pós-abolição na Bahia e no restante do Brasil, eles com certeza não verão essa questão com os mesmos olhos. Navegando serenamente em um mar de depoimentos, testemunhos e perspectivas, Albuquerque revela *como* esse processo de racialização – contestado, vivido e negociado por todas as camadas sociais – aconteceu e, afinal, como foi dissimulado. A sutileza desse processo precisa de uma historiadora bastante astuta para desvendá-lo, e é exatamente isto o que faz a autora, em um texto meticulosamente bem elaborado.

Assim, vemos como o curso da abolição é profundamente marcado por recriações e disputas sobre a ideia da "raça". Não somente os intelectuais, mergulhando nas correntes "científicas" do período, vão incorporar estas novas formas de ver e agir, mas toda a sociedade participa deste processo de racialização, ao tentar estabelecer seu "lugar" (p. 31) no Brasil pós-emancipação. A racialização atinge mesmo o futuro político do país, pois as diferentes atitudes sobre "raça" marcam de maneira profunda (se bem que sempre dissimulada) as posições sobre a grande questão da monarquia/ república.

O livro é construído em torno de quatro episódios principais. A partir de cada um deles, a autora elabora sua análise junto com um "mosaico" (p. 43) de outras histórias e vozes. O primeiro capítulo conta a história de 16 libertos africanos que chegaram a Salvador desde Lagos (já protetorado britânico) em 1877, com a intenção de aproveitar suas conexões atlânticas (forjadas no intenso tráfico entre as costas do Brasil e da África) para estabelecer negócios na Bahia. Apesar do forte apoio do cônsul britânico, que os defende como "súditos [britânicos] de cor preta"[1], o pedido é rejeitado por várias camadas das autoridades

[*] Professora de História da América Latina na Universidade de Edimburgo, Escócia.

[1] Para outra análise dessa linguagem, usada por cônsules britânicos e apropriada pelos próprios "súditos," ver: Jorge L. Giovannetti, "Black British Subjects in Cuba: Race, Ethnicity, Nation and Identity in the Migratory Experience, 1898-1938" (dissertação de doutorado, London Metropolitan University, 2001).

brasileiras, desde o chefe de polícia local até o Conselho do Estado. A análise revela o empenho em evitar a chegada de imigrantes negros ao Brasil − independentemente de sua condição legal ou potencial benefício econômico para o país − e igualmente, a diligência empregada em "dissimular" essas motivações fundamentadas em uma lógica racial. A autora nos lembra que essas figuras do Conselho do Estado são as mesmas que estão tomando decisões-chaves sobre o processo emancipacionista.

Esse mesmo processo é enfocado no segundo capítulo, que indaga como a abolição, um pouco antes e logo depois do dia 13 de maio, foi racializada. Lançando mão de diversas fontes, particularmente as policiais, Albuquerque analisa as várias reações dos libertos à abolição, o medo sentido pelas elites, e a tentativa destas por construir um futuro em que se pudesse "preservar a palavra senhor" (pp. 121-2), com todo o peso oriundo de uma sociedade escravista. Analisam-se, aliás, as negociações e conflitos no nível cultural. O povo baiano comemorava tanto a abolição como a independência do Brasil invocando os caboclos, símbolos de um Brasil indígena e afro-brasileiro, e isto nada agradava às elites empenhadas em impor sua visão de um futuro "moderno" e culturalmente mais "branco".

O capítulo 3 nos remete ao turbulento 15 de junho de 1889, quando chegam ao porto de Salvador − viajando, incrivelmente, no mesmo barco − o Conde d'Eu e o republicano radical Silva Jardim. Olhando o incidente desde múltiplos ângulos, Albuquerque nos mostra como as diferenças entre os principais partidos políticos eram traçadas por contornos raciais. Os rachas produzidos entre republicanos brancos e os (segundo eles) "bárbaros corações iludidos" (p. 163) da Guarda Negra, integrada por carregadores do porto e liderada por figuras como Macaco Beleza (uma poderosa figura negra com relações com políticos e chefes locais), frequentemente refletiam profundas diferenças de visões raciais. Todos haviam sido "abolicionistas" até o dia 13 de maio, aliados na mesma causa, mas um episódio como o "Massacre do Taboão" mostra como eram diferentes essas visões do Brasil pós-abolição.

No quarto capítulo, vemos como a escravidão e a abolição eram lembradas pelo povo baiano através do símbolo da "África". Recriando "Áfricas" múltiplas e complexas, e negociando constantemente as políticas dessas representações com as autoridades locais, os grupos carnavalescos construíam novos sentidos da memória do passado escravista e novas construções de cidadania para o futuro.

Além da contribuição sobre a racialização − e ao mesmo tempo vinculada intimamente com ela −, o livro fornece outro aporte importante para a historiografia, ao adotar uma nova perspectiva sobre a abolição. A autora tende sempre a enfatizar a complexidade das conexões e das negociações, e é essa abordagem que a ajuda a desvelar as imbricações existentes dentro do "abolicionismo" no Brasil. O livro enxerga muito além dos impasses ocorridos, às vezes, na literatura, entre abolicionistas brancos – inicialmente heroicos, depois esquecidos ou demonizados –, por um lado, e escravos que resistem e criam novos sentidos de liberdade, pelo outro; ou entre a dádiva e o fraude, para citar o prólogo de Maria Clementina Pereira Cunha (pp. 20-21). Albuquerque mostra que é possível

– e necessário – voltar a pensar no abolicionismo enfatizando como esse movimento era influenciado por um vasto elenco de atores sociais e políticos, cujas ideias e ações não se encaixavam em definições estanques, e que negociavam, discordavam e procuravam estampar suas múltiplas visões raciais sobre o processo da abolição. Ao convidar ex-escravos, abolicionistas negros, integrantes de clubes carnavalescos e o próprio Ruy Barbosa a sentarem juntos no banquete da história, Albuquerque não comete o erro de esquecer as extremas diferenças de poder existentes entre eles – diferenças, estas, que influenciariam como a perspectiva de cada um seria adotada, "dissimulada" ou esquecida pela história. Mas essa abordagem é capaz de revelar como o esforço para a abolição era um espaço bem amplo e complexo, envolvendo a sociedade brasileira como um todo. Esperamos que futuras gerações de historiadoras/es sigam a pista da autora para "mais pesquisas sobre a abolição e seus desdobramentos no Brasil" (p. 244). Sugerimos, por exemplo, que uma leitura de gênero, integrada à perspectiva de raça, seria interessante, revelando talvez que o medo das elites ante "incêndios de canaviais e estupros" (p. 135), a preocupação com aspectos como "honra e pudor das famílias" (p. 120), ou a decisão de permitir o desfile da figura da "Cabocla" sedutora mas não do "Caboclo" masculino e rebelde (p. 129), refletem um medo não só dos negros e dos ex-escravos, mas também da masculinidade negra. Neste sentido, outro grupo que, no futuro, poderia ser chamado ao "banquete" em números maiores são as mulheres, de qualquer identificação racial[2]. Estes são só alguns dos muitos caminhos abertos pelo livro para novas e necessárias pesquisas.

A grande questão que fica na mente dos leitores após terminar o livro é a seguinte: se *O jogo da dissimulação* revela tanto desacordo e fluxo em torno do 13 de maio; tantas tentativas de dar visibilidade ou valorizações diferentes à questão racial; e tantas tentativas de colocar os ex-escravos como cidadãos, onde isso tudo foi parar? Em certa medida, podemos remeter à "dissimulação" do título da obra em resposta a essa pergunta. Mas a sensação de surpresa ante uma "dissimulação" tão incrivelmente eficaz dá novo peso às últimas palavras da autora: "é preciso tornar mais evidentes os mecanismos que... impossibilitariam os homens [e as mulheres?] de cor de verem seus filhos retirados das 'profundas trevas' a que a ausência de cidadania os relegou" (p. 244).

[2] Para algumas abordagens que procuram aplicar uma perspectiva de gênero à questão da abolição, ver Roger A. Kittleson, "Women and Notions of Womanhood in Brazilian Abolitionism", in eds. Pamela Scully and Diana Paton, *Gender and Slave Emancipation in the Atlantic World,* 99-140 (Durham: Duke University Press, 2005); e pelo mesmo autor, "'Campaign of All Peace and Charity': Gender and the Politics of Abolitionism in Porto Alegre, Brazil, 1846-1888." *Slavery and Abolition,* 22 (2001): 83-108.